

TC 001.279/2014-9

Tipo: Tomada de Contas Especial

Entidade: Município de Primeira Cruz/MA e Fundo Nacional de Saúde – FNS.

Responsáveis: João Teodoro Nunes Neto – ex-prefeito (CPF: 062.444.833-91); Sérgio Ricardo de Albuquerque Boga (CPF 330.974.643-53) e José Gomes de Figueiredo (CPF 004.259.233-04),

Advogados constituído nos autos: Gilson Alves Barros (OAB/MA 7.492) e outros. Peças 29 e 54.

Dados do Acórdão Condenatório (peça 63)

Número/Ano: 4643/2015

Colegiado: 2ª Câmara.

Data da Sessão: 28/7/2015.

Ata nº: 25/2015.

CHECK-LIST DE VERIFICAÇÃO DE EXATIDÃO MATERIAL EM ACÓRDÃO

Itens a serem verificados no Acórdão:	Sim	Não	Não se aplica
1. Está (ão) correta (s) a(s) grafia do(s) nome(s) do(s) responsável(eis)?	X		
2. Está (ão) correto (s) o (s) número (s) do (s) CPF (s) /CNPJ (s) do (s) responsável (eis)? (Ver extrato do CPF/CNPJ nos autos)	X		
3. Está (ão) correto (s) o (s) valor(es) e a(s) data(s) do(s) débito(s)?	X		
4. Está explícita no acórdão a solidariedade dos débitos? (se for o caso)			X
5. Está correta a identificação da deliberação recorrida? (Em caso de acórdão recursal)			X
6. Estão corretamente identificados no Acórdão os cofres para recolhimento do (s) débito (s)? (1)	X		
7. A (s) multa (s) será (ão) recolhida (s) aos cofres do Tesouro Nacional?	X		
8. Há autorização expressa para a cobrança judicial da dívida?	X		
9. Há coincidência entre os valores de débito/multa imputados no voto do Relator e os valores que constam no acórdão prolatado?			X
10. Há algum outro erro material que justifique apostilamento?		X	
11. Há necessidade de autuação de processo de Monitoramento?		X	
12. Há alguma medida processual (ex.: arresto de bens) a ser tomada?		X	
13. Há Representante (s) Legal (is) no processo?	X		
13.1. O(s) Representante(s) Legal(is) está(ao) corretamente cadastrado(s) no processo?	X		
13.2. Há cópia (s) da (s) carteira (s) da OAB do (s) Representante (s) Legal (is) corretamente cadastrada (s) no processo?	X		
13.3. Em caso de resposta negativa à pergunta anterior, consta cópia do comprovante de inscrição na OAB extraído do cadastro nacional (v. site http://www.oab.org.br/)			X

INSTRUÇÃO DE VERIFICAÇÃO DE EXATIDÃO MATERIAL EM ACÓRDÃO.

1. Atesto quanto aos itens acima indicados, que, conferidos os termos do Acórdão em epígrafe, não **FOI** identificado erro material.

2.. Desse modo, submeto os autos, à consideração superior, propondo, em face da subdelegação de competência inserta nos incisos II e V, art. 2 – Portaria – Secex/MA n. 2 de 29/1/2014 o encaminhamento dos autos ao Serviço de Administração desta Secretaria, para as providências cabíveis, indicadas no Acórdão 4643/2015- 2ª Câmara, quais sejam:

a) notificar os responsáveis, **solidários**, Srs. João Teodoro Nunes Neto – ex-prefeito (CPF: 062.444.833-91) e Sérgio Ricardo de Albuquerque Boga (CPF 330.974.643-53), na pessoa do representante legalmente constituído, de ambos, **advogado Gilson Alves Barros (OAB/MA 7.492)**, de acordo com o estabelecido nos itens 9.4, 9.5 e 9.8 do Acórdão acima citado;

b) notificar o responsável, Sr. João Teodoro Nunes Neto – ex-prefeito (CPF: 062.444.833-91), na pessoa do representante legalmente constituído, advogado Gilson Alves Barros (OAB/MA 7.492), de acordo com o estabelecido nos itens 9.4, 9.6, 9.7 e 9.8 do Acórdão acima citado;

c) comunicar ao responsável, Sr. José Gomes de Figueiredo (CPF: 004.259.233-04), do Acórdão acima citado, de acordo com o estabelecido nos itens 9.1;

d) encaminhar cópia do acórdão, relatório e voto, à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, para as medidas que entender cabíveis; e

e) encaminhar cópia do acórdão, relatório e voto, ao Fundo Nacional de Saúde - FNS, para conhecimento do julgamento, e para que seja dado conhecimento à **unidade de controle interno respectiva**, para as providências pertinentes, nos termos do art.18, §§ 5º e 6º da Resolução TCU nº 170/2004.

SECEX-MA, em 27 de agosto de 2015.

(Assinado eletronicamente)
Rosa Maria Barros de Miranda
AUFC Mat. 737-4.